

Pagamento pode ser vetado pelo Senado

O Senado Federal poderá vetar o acordo acertado entre o negociador Jório Dauster e o Comitê Assessor dos Bancos Privados Internacionais. Isto porque a Resolução 82 do Senado prevê que o pagamento de parcelas da dívida externa não pode baixar as reservas cambiais brasileiras para quantia inferior a quatro meses de importações, considerando-se o valor médio dos últimos 12 meses.

Essa média equivale a aproximadamente 1,7 bilhão mensal, ou seja, 6,8 bilhões de dólares em quatro meses. O pagamento de dois bilhões de dólares este ano poderá baixar as reservas in-

ternacionais do País para 6,6 bilhões de dólares, 200 milhões de dólares abaixo do equivalente médio a quatro meses de importação. Há 18 dias, o **CORREIO BRAZILIENSE** observou que a proposta brasileira poderia ultrapassar esse limite.

O ministro interino da Economia, João Maia, afirmou que o "acordo de princípios acertado com os bancos privados não fere a Resolução 82. A proposta respeita nossas reservas internacionais, a austeridade fiscal e inova ao estabelecer taxas fixas ou máximas para os juros que incidirão sobre os bônus".

Recuperação — Um assessor

especial da ministra Zélia reconheceu que "a proposta brasileira está no limite, mas não o fere. Uma cláusula prevê o pagamento em cash de 25 por cento dos juros atrasados desde que não excedam a dois bilhões de dólares justamente por isso: para não ferrar as reservas internacionais", observou.

"Além disso, o Brasil vai pagar, de uma só tacada, cerca de 900 milhões de dólares, baixando as reservas para algo em torno de 7,7 bilhões de dólares este mês ou no início do próximo. Depois começam pagamentos mensais de 137 milhões de dólares"